

ÍNDICE

PREFÁCIO: Prof. Doutora Paula Rosado Pereira	7
PRINCIPAIS ABREVIATURAS.....	9
RESUMO.....	11
ABSTRACT	13
APRESENTAÇÃO.....	15
I. ENQUADRAMENTO.....	19
1. A revisão do acto: uma faculdade ou um dever?	19
2. A presunção da legalidade do acto tributário	30
3. A importância prática do instituto da revisão	39
II. SINOPSE HISTÓRICA LEGISLATIVA.....	41
1. No Código de Processo das Contribuições e Impostos (CPCI)	41
2. No Código de Processo Tributário (CPT)	43
3. Na Lei Geral Tributária (LGT)	48
III. FIGURAS AFINS.....	51
1. A interconexão e a distinção entre o Direito Tributário e o Direito Administrativo	51
2. A revogação do acto	57
3. A ratificação, a reforma, a conversão e a rectificação do acto ...	67
4. O procedimento de correcção de erros.....	69

IV. O PODER-DEVER DE APLICAÇÃO DA LEI PELA

ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	73
1. O <i>mea culpa</i> do fisco: a correcção do erro.....	73
2. A reposição da legalidade	77
2.1. Considerações gerais.....	77
2.2. O dever de decidir	84
2.3. O incumprimento do prazo de decisão: o acto tácito negativo	86
3. Os princípios estruturantes do poder-dever	98
3.1. O princípio da prossecução do interesse público	98
3.2. O princípio da legalidade.....	106
3.3. O princípio da justiça	116
3.4. O princípio da imparcialidade.....	122
V. O OBJECTO DO PROCEDIMENTO	127
1. O acto administrativo tributário	127
1.1. Conceito tradicional.....	127
I. Um acto jurídico	132
II. Um acto unilateral.....	132
III. Um acto praticado no exercício do poder administrativo	134
IV. Um acto de um órgão administrativo	138
V. Um acto com conteúdo decisório	145
VI. Um acto produtor de efeitos jurídicos externos numa situação individual e concreta	146
1.2. Um conceito amplo de acto tributário?	147
1.3. A “crise” do acto tributário.....	151
2. A definitividade dos actos.....	155
2.1. Conceito	155
2.2. Os vocábulos «revisão» e «impugnação».....	157
2.3. A revisibilidade do acto tributário.....	159
3. A autoliquidação	162
3.1. Enquadramento.....	162
3.2. À luz da epígrafe do artigo 78.º, da LGT.....	165
3.3. A imputabilidade do erro aos serviços.....	170

3.3.1. Evolução legislativa	170
3.3.2. A presunção da verdade declarativa.....	171
3.3.3. O ónus probatório	175
3.3.4. Uma distorção do princípio da igualdade?	176
3.3.5. Uma distorção da unidade e coerência do sistema jurídico?.....	181
3.3.6. Erro não imputável ao contribuinte?	182
3.3.7. A aplicação da alteração legislativa no tempo ...	185
3.4. A nossa posição	189
4. A retenção na fonte de imposto.....	199
VI. A REVISÃO OFICIOSA DO ACTO TRIBUTÁRIO ...	203
1. Iniciativa	203
2. Prazos	216
3. Objecto	218
4. Fundamento. O erro imputável aos serviços.....	219
5. Audição prévia.....	223
5.1. Evolução legislativa.....	223
5.2. Princípio do contraditório <i>versus</i> princípio do inquisitório.....	225
5.3. Um direito fundamental ou um direito subjectivo legal procedimental?	228
5.4. O aproveitamento dos actos	230
5.5. A dispensa de audição prévia	233
5.6. A tramitação.....	236
6. Juros indemnizatórios	239
6.1. Enquadramento constitucional.....	239
6.2. A natureza dos juros indemnizatórios.....	241
6.3. O erro imputável aos serviços	245
6.3.1. As orientações genéricas da administração tributária.....	246
6.3.2. O erro sobre os pressupostos de facto ou de direito	248
6.3.3. O reconhecimento do erro imputável aos serviços	251
6.3.4. O atraso na revisão do acto tributário, em especial	254

7. Órgão decisor	257
7.1. A competência para a decisão: reclamação graciosa <i>versus</i> revisão do acto tributário	257
7.2. Uma apreciação crítica do regime legal	263
 VII. A REVISÃO DA MATÉRIA TRIBUTÁVEL E POR MOTIVO DE DUPLICAÇÃO DA COLECTA..	271
1. A revisão da matéria tributável	271
1.1. Evolução legislativa	271
1.2. A competência para a decisão	278
1.3. O conceito de «matéria tributável»	280
1.4. A «injustiça grave ou notória», a legalidade e o mérito	283
1.5. A inexistência de conduta negligente do próprio contribuinte	285
1.6. A revisão por motivo de duplicação de colecta	287
 VIII. A CADUCIDADE DO DIREITO À LIQUIDAÇÃO DE IMPOSTO	289
1. Os prazos de revisão do acto e de caducidade do direito à liquidação	289
1.1. Enquadramento	289
1.2. Uma exigência de segurança jurídica	291
1.3. Caducidade <i>versus</i> prescrição	294
1.4. A notificação da liquidação	296
2. A liquidação adicional	301
2.1. Conceptualização	301
2.2. Um prazo especial de caducidade?	305
2.3. A nossa posição	311
3. A liquidação correctiva	313
 IX. GARANTIAS ADMINISTRATIVAS E CONTENCIOSAS	319
1. A distinção entre a reclamação graciosa e a revisão do acto tributário	319
1.1. Iniciativa	319

1.2. Objecto	321
1.3. Fundamento	324
1.4. Prazos	325
1.5. Órgão decisor	334
2. Recurso hierárquico	336
3. Impugnação judicial <i>versus</i> acção administrativa	338
4. As situações de obrigatoriedade de prévia reclamação graciosa	342
4.1. A impugnação em caso de autoliquidação	343
4.2. A impugnação em caso de retenção na fonte	352
4.3. A impugnação em caso de pagamento por conta	353
 X. A REVISÃO DO ACTO TRIBUTÁRIO E A SUSPENSÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL	359
1. A indisponibilidade do crédito tributário	359
2. A proibição de conceder moratória	360
3. Os requisitos da suspensão do processo de execução fiscal ..	363
4. A (in)admissibilidade da revisão do acto tributário como causa suspensiva do processo de execução fiscal	369
 CONCLUSÕES	379
 BIBLIOGRAFIA	391